

PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTE ESCOLAR

Departamento de Educação e Desporto

Divisão de Administração e Gestão Escolar

Aprovado em reunião da Câmara Municipal de Cascais no dia 20 de junho de 2016, após parecer positivo do Conselho Municipal de Educação, reunido a 8 de junho de 2016.

Índice

Introdução	3
Enquadramento Legal	4
Objetivos	7
Modalidades de Apoio Socioeducativo	8
Regras a Adotar na Atribuição de Apoios de Ação Social e Transportes Escolares	9
<i>A - APOIOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR</i>	<i>9</i>
(Âmbito de aplicação)	9
(Refeições Escolares)	9
(Auxílios Económicos)	10
(Atividades de Animação e Apoio à Família)	11
<i>B - TRANSPORTE ESCOLAR</i>	<i>13</i>
(Alunos Abrangidos)	13
(Modalidades de oferta)	14
(Utilização da Rede Normal de Transportes Coletivos)	14
(Circuito Especial em transporte adaptado e acompanhado)	15
Condições de Candidatura	16
(Candidaturas ao Apoio Social Escolar)	16
(Candidatura ao Transporte Escolar)	17
(Candidatura à utilização do Transporte em Circuito Especial)	17
Disposições Finais	18
(Falsas declarações)	18
(Situações Especiais e Casos Omissos)	18
(Da Vigência)	18
CONTACTOS PARA EFEITOS DO PRESENTE PLANO	19

Introdução

O Município de Cascais sempre afirmou e prosseguiu uma política educativa assente na construção de uma escola inclusiva em que o acesso à educação de todas as crianças e jovens cascalenses independentemente das condições socioeconómicas, ou quaisquer outras diferenças seja um facto e não apenas um direito proclamado. Para cumprimento deste desiderato é hoje inegável o esforço em termos de investimento continuado realizado na área da educação ao nível dos recursos humanos, dos equipamentos e dos recursos financeiros disponibilizados.

É neste contexto que a Ação Social Escolar assume uma particular importância e constitui uma ferramenta essencial na construção de políticas que favoreçam a equidade educativa. Engloba, por isso, um conjunto diverso de modalidades de apoio que combatem a exclusão social e promovem a igualdade de oportunidades das crianças e jovens deste concelho.

O Plano de Ação Social e Transporte Escolar, que agora se apresenta estabelece, enquadra e uniformiza os critérios, as condições de acesso e de atribuição dos apoios municipais, previstos no âmbito da ação social escolar e dos transportes escolares a implementar a partir do ano letivo 2016/2017.

Este plano tem por base o enquadramento normativo e legal em vigor, na área da educação.

Enquadramento Legal

Ação Social Escolar – A sua implementação obedece a um conjunto de preceitos legais definidos, nomeadamente, nos seguintes diplomas:

- ✚ Decreto-lei nº 399-A/84, de 28 de dezembro, regula a transferência de competências para os municípios, em matéria de ação social escolar.
- ✚ Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro (Lei quadro da educação pré-escolar) que consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar.
- ✚ Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho, que estabelece o regime jurídico do desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento.
- ✚ O Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro, que define as normas que regulam a comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar.
- ✚ Lei nº 159/99, de 14 de setembro que estabelece o quadro de transferência e competências para as autarquias locais relativamente à Educação, definindo no âmbito das alíneas d) e h) do n.º1 do artigo 13.º e n.º3 do artigo 19.º que compete aos órgãos municipais assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, dos transportes escolares e apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa (à data revogada mas não prejudica as transferências e delegações efetuadas em matéria de educação).
- ✚ Decreto-lei 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação nº13/2003, de 11 de outubro – Regulamenta as competências e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, definindo que as competências exercidas pelo Conselho Consultivo de Transportes Escolares nos termos do Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro passam a ser exercidas pelos Conselhos Municipais de Educação, bem como no que se refere aos apoios socioeducativos e à alimentação, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 4.º.
- ✚ Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Lei n.º 21/2008, de 12 de maio – Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores públicos, particular e cooperativo visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades de educação especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e participação num ou vários domínios de escola.
- ✚ Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março - Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios, no âmbito da ação social escolar, definindo no artigo 12.º que os apoios alimentares, os transportes escolares, os auxílios económicos, constituem modalidades de apoio no âmbito da ação social escolar, estabelecendo no artigo 25.º critérios e regras para a sua atribuição. De referir ainda o artigo 32.º referente aos alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente, com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio.

- ✚ Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto – Estabelece o regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.
- ✚ Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto – Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, estabelecendo medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolar. Procede a alteração ao n.º1 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 299/84, ao definir que o transporte escolar é gratuito até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, bem como para os estudantes com necessidade educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário.
- ✚ Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e freguesias (que embora tenha procedido à revogação do Lei 159/99, de 14 de setembro, mas não prejudica as transferências e delegações já efetuadas, bem como procede à revogação de normas da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro), definindo no âmbito da alínea a) do n.º2 e das alíneas *gg*) e *hh*) do n.º 1 do artigo 33.º, na redação dada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que constituem competências dos municípios, no domínio da Educação, assegurar, organizar e gerir os transportes escolares bem como deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes.
- ✚ Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho - Regula as condições da aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério de Educação e dos municípios.
- ✚ Decreto-lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, estabelece o regime de delegação de competências do Estado nos municípios nas áreas sociais, nomeadamente da Educação.
- ✚ O Contrato interadministrativo de delegação de competências, Contrato de Educação e Formação Municipal, - Contrato n.º 552/205, publicado em DR, 2.º série, de 28 de junho de 2015.

Transporte Escolar - A sua implementação obedece também a um conjunto de preceitos legais definidos, nomeadamente, nos seguintes diplomas:

- ✚ Decreto-lei n.º 77/84, de 5 março - Estabelece o regime de delimitação e da coordenação das atuações da administração Central e Local em matéria de investimentos públicos, definindo, no âmbito do n.º4 da alínea e) do artigo 8º, que os transportes escolares constituem competência municipal em matéria de investimentos públicos.

- ✚ Decreto-lei n.º299/84, de 5 de setembro - Regulamenta a transferência para os municípios das competências em matéria da organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares, definindo que é da competência das autarquias garantir o serviço de transporte aos alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular e/ou cooperativo) que residam a mais de 3Km ou 4Km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório, referindo ainda que o transporte escolar é gratuito para os estudantes sujeitos à escolaridade obrigatória.

- ✚ Portaria n.º 181/86, de 6 de maio- Estabelece os termos em que é participado o transporte dos estudantes do ensino secundário, definindo que os alunos abrangidos pelo transporte escolar participam em metade do custo do bilhete.

- ✚ Lei nº 13/2006, de 17 de abril - Define o regime jurídico de transportes coletivos de crianças e jovens até aos 16 anos.

- ✚ Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto – Procede a alteração ao n.º1 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 299/84, ao definir que o transporte escolar é gratuito até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, bem como para os estudantes com necessidade educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário.

Objetivos

- ✚ Promover a igualdade e equidade de oportunidades no acesso e sucesso escolar;
- ✚ Promover medidas de discriminação positiva e de combate à exclusão social;
- ✚ Promover medidas de discriminação positiva face à integração das crianças e jovens com deficiência;
- ✚ Prevenir o insucesso e o abandono escolar;
- ✚ Integrar as políticas sociais articulando-as com as políticas de Apoio à Família;
- ✚ Uniformizar as medidas de ação social escolar para as crianças que frequentam a educação pré-escolar e os alunos do ensino básico, secundário e profissional.

Partindo destes pressupostos, tendo presente os princípios gerais da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, bem como a realidade socioeconómica das famílias e da população escolar do Município de Cascais, a promoção de medidas de apoio e complemento socioeducativo, a definição de um Plano de Ação Social e de Transportes Escolares afigura-se como um instrumento fundamental, para a simplificação do processo de identificação das modalidades de apoio.

O presente Plano de Ação social e Transporte Escolar para o ano letivo de 2016/2017 são submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro e à aprovação da Câmara Municipal de Cascais, adiante designada CMC, nos termos das alíneas gg) e hh) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho.

Modalidades de Apoio Socioeducativo

- a) Refeição Escolar (almoço) – Traduz-se** na oferta do serviço de refeição diária – almoço saudável equilibrado e adequado às necessidades da população escolar, em refeitórios escolares e na comparticipação do custo das refeições, de acordo com a situação socioeconómica dos agregados familiares das crianças e alunos, que frequentem os estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1.º ciclo, da rede pública do Concelho de Cascais.
- b) Lanche Escolar – Traduz-se** no fornecimento de um lanche diário repartido a meio da manhã e a meio da tarde, composto na sua totalidade por três peças (pão variado ou bolacha Maria, iogurte ou sumo, e fruta). Surge como complemento da refeição já fornecida nas escolas, e pretende ir de encontro à satisfação de um plano nutricional mais equilibrado, bem como fazer face às exigências da vida quotidiana das nossas crianças, que muitas vezes se traduz no prolongamento da sua permanência no estabelecimento escolar. A comparticipação da CMC é efetuada à semelhança da refeição escolar, mediante a situação socioeconómica dos agregados familiares, de acordo com o escalão do abono de família.
- c) Auxílio Económico – Traduz-se** na atribuição de apoio aos alunos que frequentem os estabelecimentos de ensino básico e secundário da rede pública do Concelho, cuja situação socioeconómica determina a necessidade de comparticipação das despesas com a aquisição de livros, material escolar e atividades de complemento curricular (nomeadamente visitas de estudo), recurso essencial para o prosseguimento da escolaridade. A comparticipação é aprovada anualmente pela CMC, tendo por base as orientações do Ministério da Educação, adiante designado ME, no que respeita aos valores de comparticipação mínima para os alunos do ensino básico e secundário.
- d) Transportes Escolares – Traduz-se** em garantir o serviço de transporte aos alunos do ensino básico e secundário, que residam a mais de 4Km dos estabelecimentos de ensino da sua área de residência, referindo ainda que o transporte escolar é gratuito até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores, sujeitos à escolaridade obrigatória.

Apesar de não ser obrigatório por lei, a CMC suportará ainda a totalidade do custo do passe aos alunos de ensino básico da rede pública que residam a menos de 4km, desde que os acessos sejam, por razões de segurança, considerados perigosos.

A CMC assegura ainda metade do custo do título de transporte aos alunos do ensino secundário, que residam a mais de 4km do estabelecimento de ensino da área de residência, ou quando transferidos compulsivamente por falta de vaga ou curso, para estabelecimento mais distante da escola de residência, calculado a partir do percurso mais curto por estrada entre a residência e a escola.

A CMC disponibiliza ainda o transporte em Circuito especial de alunos do ensino básico e secundário, sem mobilidade e/ou com autonomia reduzida nas deslocações entre o local de residência e o estabelecimento escolar.

- e) Atividades de Animação e Apoio à Família - Prolongamento de Horário na Educação Pré-Escolar-** Destinam-se a todas as crianças que frequentam os Jardins de Infância da rede pública do Concelho de Cascais, com o objetivo de assegurar o acompanhamento das crianças/alunos antes e/ou depois da componente letiva e em períodos de interrupções letivas. A Componente de Apoio à Família, na educação Pré-Escolar é comparticipada pelo Ministério da Educação e o Instituto do Trabalho e Segurança Social e pelas famílias, de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar.

Regras a Adotar na Atribuição de Apoios de Ação Social e Transportes Escolares

A - APOIOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Artigo 1.º (Âmbito de aplicação)

- 1) A atribuição dos apoios de ação social escolar aplica-se aos alunos residentes que frequentam os estabelecimentos de ensino pré-escolar, do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública, do concelho de Cascais.
- 2) Para as crianças da educação pré-escolar, no âmbito da componente de apoio à família, este apoio consiste na comparticipação das refeições escolares, lanche escolar e do prolongamento de horário.
- 3) Para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico este apoio consiste no fornecimento de refeições escolares, lanche escolar e na concessão de auxílios económicos para aquisição de livros, material escolar e para atividades de complemento curricular.
- 4) De acordo com a legislação em vigor têm direito a beneficiar dos apoios os alunos pertencentes aos agregados familiares, integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição de abono de família, correspondendo ao escalão A e B, respetivamente.
- 5) Igualmente beneficiam destes apoios as crianças e alunos provenientes de agregados familiares que se encontram em Portugal em situação de ilegalidade, estatuto de refugiados ou requerentes de asilo, bem como as confiadas pela Segurança Social a famílias de acolhimento, que são integradas no escalão A, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 2.º (Refeições Escolares)

- 1) A CMC garante o fornecimento de uma refeição quente (almoço) a todas as crianças que frequentam estabelecimentos ensino do pré-escolar e 1º ciclo da rede pública do concelho, durante os períodos letivos.
- 2) O fornecimento poderá ser estendido durante períodos de interrupções letivas, com exceção de agosto, desde que integrados em programas de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF do Pré-Escolar) e Componente de Apoio à Família (CAF, do 1º Ciclo), cujos encarregados de educação tenham formalizado a respetiva candidatura, junto da Entidades gestoras da AAAF /CAF.
- 3) As refeições são fornecidas em quantidade suficiente e equilibrada nutricionalmente, respeitando as capitações devidas, ajustadas às necessidades calóricas diárias do grupo etário a que se destinam.
- 4) A ementa é semanal e disponibilizada no sítio da internet da CMC e afixada nos estabelecimentos de ensino, em locais visíveis e acessíveis aos encarregados de educação.

- 5) Em casos especiais serão fornecidas dietas, nomeadamente em caso de indisposição pontual, ou em caso de restrições alimentares, devendo neste caso ser medicamente prescritas e previamente validadas no serviço municipal.
- 6) O fornecimento de refeições decorre do calendário escolar, definido pelo Ministério da Educação, e horário a acordar com os respetivos Agrupamentos de Escola.
- 7) É disponibilizado um reforço alimentar, a meio da manhã e meio da tarde (lanche escolar), desde que requerido pelos Encarregados de Educação.
- 8) O preço do almoço ao aluno, corresponderá ao que é estipulado anualmente, pelo ME.
- 9) O preço do lanche ao aluno, corresponderá ao que é estipulado anualmente, pela CMC.
- 10) A CMC comparticipa nas refeições escolares a:
 - a) 100% do preço das refeições a crianças e alunos abrangidos pelo Escalão A;
 - b) 100% do preço das refeições a crianças e alunos com necessidades de educação especiais, com carácter permanente, com programa educativo individual abrangidos pelo Escalão A e B, bem como no Escalão C, desde que integrados com a medida educativa de currículo específico individual, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro;
 - c) 50% do preço das refeições a crianças e alunos abrangidos pelo Escalão B;
 - d) Na diferença entre o preço real do almoço e o valor definido pelo ME.
- 11) As refeições serão pagas em conformidade com o escalão da criança ou aluno, devendo o seu pagamento anteceder o consumo.
- 12) Não são aceites desmarcações de refeições, depois das 9h30m do próprio dia, havendo lugar a débito das mesmas, mesmo que não sejam consumidas.
- 13) No fim do ano letivo, em caso de dívida, o encarregado de educação é notificado para proceder à liquidação voluntária das refeições em dívida.
- 14) Mantendo-se o incumprimento no pagamento será o processo remetido para o Serviço de Execução Fiscal da Câmara Municipal para proceder à cobrança coerciva de dívidas, aplicando-se, com as necessárias adaptações, os termos estabelecidos no Código do Procedimento e Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho.

Artigo 3.º
(Auxílios Económicos)

- 1) Podem beneficiar das comparticipações, para fazer face aos encargos com aquisição de livros, material escolar e atividades de complemento curricular (ex. visitas de estudo), conforme previsto no artigo 1º do presente plano.
- 2) São aprovadas anualmente em reunião de Câmara as comparticipações referidas no artigo anterior, tendo por base o definido pelo ME.

- 3) Sempre que um aluno carenciado seja transferido de escola terá direito, de novo, ao montante correspondente ao escalão em que estava inserido, desde que os manuais escolares não sejam iguais aos da escola de origem, e a Escola de destino não os tenha disponíveis, no banco de manuais da escola.
- 4) Às crianças e alunos provenientes de agregados familiares que se encontram em Portugal em situação de ilegalidade, estatuto de refugiados ou requerentes de asilo, será aplicado o regime previsto na legislação em vigor.

Artigo 4.º

(Atividades de Animação e Apoio à Família)

- 1) As Atividades de Animação e Apoio à Família adiante designadas por AAAF integram o Programa Crescer a Tempo Inteiro que pretende diversificar a oferta educativa e responder às reais necessidades das famílias, garantindo um prolongamento de horário a todas as crianças e famílias que dele necessitem.
- 2) O funcionamento das AAAF resulta da articulação entre os Agrupamentos de Escola, Entidades Parceiras e a CMC, conforme o definido nas Normas do Programa Crescer a Tempo Inteiro.
- 3) Para a implementação da resposta de AAAF, deve existir um número mínimo de 10 crianças inscritas, com início até ao 3º dia útil de setembro e fim até 31 do mês de julho, desde que salvaguardadas condições de supervisão por parte dos Agrupamentos de Escolas.
- 4) No ato de matrícula ou renovação de matrícula, o Agrupamento de Escolas assegura a auscultação aos Encarregados de Educação no sentido de apurar a necessidade de oferta e o interesse na frequência das AAAF e disponibiliza folheto informativo.
- 5) A inscrição ou a sua renovação e o pagamento são efetuados nos serviços administrativos da Entidade Parceira, através do preenchimento de documento próprio e acompanhada por uma declaração assinada pelos Encarregados de Educação com a concordância do Regulamento de Funcionamento.
- 6) As AAAF, proporcionam às crianças que frequentam a educação pré-escolar a possibilidade de, num horário mais alargado, poderem usufruir de uma resposta, em período letivo das 7h30/8h00 às 9h00 e/ou das 15h00 às 19h00 e nas interrupções letivas das 8h00 às 19h00 [Natal, Páscoa e meses de junho e julho], de acordo com as necessidades das famílias. Não funciona nos dias feriado nacional e/ou municipal e tolerância de ponto, quando aplicável, encerrando no mês de agosto.
- 7) A necessidade de frequência das AAAF para o período das 7h30/8h00 às 9h00 e a partir 18h00, tem de ser comprovada por parte do agregado familiar ou Encarregados de Educação, mediante a situação aplicável, com a apresentação de declaração do horário laboral, ou outro justificativo relevante.
- 8) O valor mensal da comparticipação familiar é determinado pelo posicionamento no escalão do abono de família do agregado familiar, nos termos da legislação em vigor e conforme o quadro em baixo.

ESCALÃO	Escalão Abono Família	Prolongamento Horário/AAAF*
A	1	12,00€
B	2	40,00€
C	3	85,00€

*Valores aprovados em reunião de Câmara de 27 de julho de 2009 com parecer favorável do Conselho Municipal de Educação de 30 de julho de 2009

- 9) O valor da comparticipação familiar é fixo e calculado em 11 meses, não havendo direito a redução nas interrupções letivas e faltas dadas.
- 10) As situações de desistência devem ser comunicadas, por escrito, pelos Encarregados de Educação ao Agrupamento de Escolas respetivo e parceiro, com 30 dias de antecedência. Caso não se verifique, o pagamento por parte dos EE deverá continuar a efetuar-se até comunicação formal da desistência.
- 11) O acompanhamento das crianças/alunos é assegurado por uma equipa técnica.
- 12) Em caso de dúvidas ou omissões sugere-se a consulta das Normas do Programa Crescer a Tempo Inteiro.

B - TRANSPORTE ESCOLAR

Artigo 5.º (Alunos Abrangidos)

- 1) A CMC assegura o transporte escolar a todos os alunos entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino básico e secundário público, ou particular e cooperativo, desde que, com contrato de associação, no percurso entre o local da sua residência e o local do respetivo estabelecimento de ensino, quando residam a mais de 4 km.
- 2) Estão abrangidos pelo disposto no número anterior:
 - a) Os alunos até aos 18 anos (no ato de matrícula), sujeitos à escolaridade obrigatória e matriculados na escola da sua área de residência;
 - b) Os alunos transferidos compulsivamente ou por falta de vaga ou oferta de curso na escola da sua área de residência (dando sempre prioridade à oferta concelhia) para outro estabelecimento de ensino;
 - c) Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual que residam a menos de 4 Km, bem como aqueles que frequentam as escolas de referência (EREBASurdos ou EREACegos) ou Unidades de Ensino Estruturado (UEE) e Unidades de Apoio à multideficiência (UAM), independentemente do n.º de Km de distância;
 - d) Os alunos que frequentam a Escola Salesiana de Manique, no âmbito do contrato de associação, ao abrigo da zona de influência previamente definida pela rede escolar pública para o presente ano letivo, nos termos legais definidos.
- 3) A CMC assegurará, ainda, o transporte a alunos, nas seguintes situações:
 - a) Nas modalidades de Cursos Profissionalizantes ou Cursos Vocacionais (iniciados em 2015/16), de Currículos Alternativos e PIEF, durante os períodos de estágio formativo, onde ocorra a deslocação da escola para contextos laborais e desde que cumulativamente o estágio seja realizado a mais de 4km e se localize na Área Metropolitana de Lisboa;
 - b) Aplica-se, ainda, aos alunos que frequentam escolas situadas fora do concelho, desde que, incluídas nos circuitos de transporte públicos coletivos e não exista oferta pública no concelho;
 - c) Sempre que os acessos sejam perigosos, designadamente decorrentes de problemas estruturais da rede viária, que dificultem o acesso regular dos alunos ao estabelecimento de ensino, ou questões de segurança que ponham em causa a integridade física dos alunos (nomeadamente ausência de passeios, de passadeiras e de iluminação).
- 4) Os Agrupamentos de Escolas e Estabelecimentos de Ensino são responsáveis pela divulgação atempada aos alunos das condições de candidatura aos apoios em transportes escolares.

Artigo 6.º
(Modalidades de oferta)

- 1) A CMC assegura o transporte escolar, através do pagamento do respetivo título de transporte.
- 2) O Circuito Especial da Escola Salesiana de Manique é assegurado por transportadora contratada pela Escola.

Artigo 7.º
(Utilização da Rede Normal de Transportes Coletivos)

- 1) Os apoios são definidos nos termos seguintes:
 - 1.1) **Pagamento a 100% do Valor do Título de Transporte:**
 - a) Aos alunos do ensino básico, matriculados na escola da sua área de residência;
 - b) Aos alunos transferidos compulsivamente por falta de vaga e ou oferta de curso na escola da sua residência, dando sempre prioridade à oferta concelhia;
 - c) Aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual que residam a menos de 4 Km, bem como aqueles que frequentam as escolas de referência (EREBASurdos ou EREACegos) ou Unidades de Ensino Estruturado (UEE) e as Unidades de Apoio à multideficiência (UAM), independentemente do n.º de Km de distância, dentro e fora do concelho;
 - d) Sempre que os acessos sejam perigosos, nas condições existentes na alínea c) do número 3.º do artigo quinto.
 - 1.2) **50% do Valor do título de transporte aos Alunos do Ensino Secundário:**
 - a) Aos alunos do ensino secundário, matriculados na escola da sua área de residência;
 - b) Aos alunos transferidos compulsivamente por falta de vaga e/ ou oferta de curso na escola da sua área de residência, dando sempre prioridade à oferta concelhia.
- 2) Nas situações em que o aluno portador de deficiência, não tenha inteira autonomia para efetuar a deslocação, acresce a possibilidade de apoio do título de transporte a acompanhante.
- 3) Os alunos que não levantem as autorizações de requisição, por dois meses consecutivos sem justificação, faz cessar o direito ao apoio em transporte escolar, salvo em caso devidamente justificado.
- 4) A falta de assiduidade do aluno poderá colocar em causa a continuidade de apoio ao transporte escolar, cuja decisão é tomada em articulação com o Agrupamento de Escolas.

Artigo 8.º

(Circuito Especial em transporte adaptado e acompanhado)

- 1) O Circuito Especial, em transporte adaptado e acompanhado é disponibilizado através de oferta aos alunos com necessidades educativas especiais, com caráter permanente, a frequentar o ensino básico e secundário, que apresentem deficiências motoras e/ou comprovada falta de autonomia que condicione a capacidade de utilizar transportes públicos.
- 2) Os pedidos devem ser encaminhados pelo Agrupamento de Escolas, onde o aluno se encontra matriculado, para o serviço municipal.
- 3) O transporte para atividades terapêuticas, atividades de transição para a vida ativa ou visitas escolares, será concedido em função da disponibilidade.

Artigo 9.º

(Circuito Especial da Escola Salesiana de Manique)

Os encarregados de educação dos alunos que frequentam a Escola Salesiana de Manique, no âmbito do contrato de associação, poderão optar pelo recurso às carreiras regulares ou pelo circuito especial assegurado por transportadora contratada pela Escola. Neste caso, a CMC assegura o valor equivalente à carreira regular, que será concedido através de subsídio à Escola Salesiana de Manique, mediante apresentação de listagens nominais dos alunos, na qual deve constar morada do encarregado de educação à data da matrícula e cópia de faturação.

Condições de Candidatura

Artigo 10.º

(Candidaturas ao Apoio Social Escolar)

- 1) Os Encarregados de Educação que pretendam beneficiar dos presentes apoios devem apresentar, no ato da matrícula no respetivo Agrupamento de Escolas, o boletim de candidatura, assinalando as modalidades de apoio a que se candidatam, devidamente preenchido e assinado com os seguintes documentos obrigatórios:
 - a) Cartão de cidadão do aluno ou documento equivalente;
 - b) Cartão de cidadão do Encarregado de Educação ou documento equivalente;
 - c) Declaração de abono devidamente atualizada, emitido por entidade competente da Segurança Social, com a indicação do posicionamento do escalão de abono de família do agregado familiar.
- 2) A falta ou omissão de documentos comprovativos, bem como o preenchimento incorreto do requerimento, implica a atribuição do escalão máximo da participação.
- 3) Na eventualidade de serem detetadas irregularidades, a CMC reserva-se o direito de desenvolver os procedimentos complementares, que considere adequados, ao apuramento da situação socioeconómica do agregado familiar.
- 4) Todas as declarações prestadas nos boletins de candidatura são da inteira responsabilidade dos Encarregados de Educação e comprovadas pelos mesmos.
- 5) Caso se verifique uma reavaliação do escalão de rendimentos do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família, deverá o Encarregado de Educação fazer prova de nova situação, entregando a documentação necessária para a reavaliação do processo no respetivo Agrupamento de Escolas.
- 6) A não entrega da declaração, pelo Encarregado de Educação, datada do ano corrente, implica a atribuição do escalão de participação mensal mais elevado, nas diferentes modalidades de apoio.
- 7) O pedido de reavaliação da respetiva participação familiar deve ser apresentado pelo encarregado de educação, junto do respetivo Agrupamento, através de requerimento devidamente fundamentado e juntando documentos que permitam atestar a situação socioeconómica do agregado familiar, entre as quais deve constar, obrigatoriamente, a respetiva declaração de abono de família, sob pena de ser indeferido.
- 8) Os Encarregados de Educação serão notificados sobre o pedido de reavaliação formulado, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de entrada do requerimento, no Agrupamento, sob pena de considerar-se o deferimento tácito do mesmo.
- 9) Sempre que ocorra a reavaliação do escalão, esta produz efeitos no mês da entrega da mesma, nas secretarias dos Agrupamentos de Escolas e/ou serviço municipal, salvo situações excecionais que serão analisadas caso a caso.
- 10) Os Encarregados de Educação são responsáveis pela atualização permanente, junto do Agrupamento de Escolas respetivo, dos seus dados e dos seus educandos, designadamente, documento da segurança social com o escalão do abono de família, morada, NIF do Encarregado de Educação e do aluno, *email* e contacto telefónico.

Artigo 11.º
(Candidatura ao Transporte Escolar)

- 1) Os pedidos de transporte são efetuados no Agrupamento de Escolas.
- 2) Em caso do pedido ser por motivo de falta de vaga ou curso, o candidato deve apresentar declaração da(s) escola(a) a que se candidatou previamente.
- 3) Os pedidos serão analisados caso a caso, a título excecional, em caso de mudança de estabelecimento de ensino ou alteração de residência.
- 4) Nos casos de guarda partilhada, será assegurado o transporte escolar do aluno para a residência dos progenitores, desde que seja exibida a prova de guarda partilhada e residam no concelho.
- 5) Em caso de guarda plena, será considerada a residência do progenitor que tiver a guarda do aluno.

Artigo 12.º
(Candidatura à utilização do Transporte em Circuito Especial)

- 1) Os Encarregados de Educação devem solicitar a admissão ao Circuito Especial no Agrupamento de escolas respetivo, através de formulário próprio, instruído com relatórios clínicos, comprovativos da condição.
- 2) Deverão ser enviados pelo Agrupamento, até 15 de agosto de cada ano letivo, para o serviço municipal os pedidos de admissão.
- 3) Os Encarregados de Educação obrigam-se ainda a:
 - a) Informar das condições que potenciem riscos para a segurança física do seu educando, disponibilizar informação em caso de terapêutica de emergência e medicação;
 - b) Comparecer pontualmente no local de embarque e desembarque, respeitando os horários definidos no percurso;
 - c) Acompanhar os alunos na entrada e saída da viatura;
 - d) Avisar previamente o serviço de transporte, no caso da ausência do aluno ou mudança da pessoa que habitualmente o entrega e o recebe.
- 4) Em situações em que este acompanhamento não é necessário, deve o Encarregado de Educação assumir essa responsabilidade, mediante declaração de responsabilidade oportunamente entregue, no serviço municipal.

Disposições Finais

Artigo 13.º (Falsas declarações)

As falsas declarações implicarão, independentemente de participação criminal, o corte do apoio e o reembolso do montante, correspondente aos benefícios auferidos.

Artigo 14.º (Situações Especiais e Casos Omissos)

- 1) Caberá ao Vereador com a competência delegada, na área da Educação, decidir sobre os requerimentos para o reposicionamento do escalão, nos casos excecionais.
- 2) Os requerimentos referidos no número anterior deverão ser devidamente fundamentados e acompanhados da documentação considerada útil para apreciação dos mesmos.
- 3) Na impossibilidade de fazer prova documental quanto à situação do aluno carenciado, prevalece a informação do Diretor do respetivo Agrupamento de Escolas, acompanhada de relatório social que fundamente o pedido.
- 4) Caberá ao Vereador com a competência delegada na área da Educação, decidir sobre o esclarecimento de qualquer dúvida sobre a aplicação destas normas, bem como a resolução de qualquer situação omissa.

Artigo 15.º (Da Vigência)

O presente plano destina-se a vigorar para o ano letivo de 2016/2017, conforme calendário escolar aprovado pelo ME.

CONTACTOS PARA EFEITOS DO PRESENTE PLANO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EDUCATIVA

Morada: Alameda dos Combatentes da Grande Guerra,

Nº247, Piso 1, 2750-326 Cascais

Telefone: 800 203 186

Endereço de correio eletrónico: ded@cm-cascais.pt

✚ AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTE ESCOLAR

Endereço de correio eletrónico: dage@cm-cascais.pt

✚ REFEIÇÕES ESCOLARES

Endereço de correio eletrónico: atendimento.municipal@cm-cascais.pt

✚ ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF)

Endereço de correio eletrónico: dapi@cm-cascais.pt